



Tribunal da Comarca da Madeira

RELATÓRIO

(Art.º 108.º, n.º 2, al. f), da Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto)

TRIBUNAL DA COMARCA DA MADEIRA

PERÍODO: 01 DE SETEMBRO DE 2014 A 31 DE AGOSTO DE 2015

I. Introdução

1. Âmbito do relatório

O art.º 108º, n.º 2, al. f), da Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto, prevê a elaboração, no final de cada ano judicial, de relatório de gestão que contenha informação respeitante ao grau de cumprimento dos objectivos estabelecidos, indicando as causas dos principais desvios, o qual é comunicado aos Conselhos Superiores e ao Ministério da Justiça.

O tribunal da comarca da Madeira foi instalado no dia 1 de Setembro de 2014, pelo que a 31 de Agosto de 2015 ficou concluído o primeiro ano. É sobre este período que recairá o presente relatório.

Informou o Conselho Superior da Magistratura o seguinte:

“Uma vez que este ano o relatório semestral tomou maior dimensão, justificada por ser o primeiro, e por haver necessidade do mesmo reflectir o que foi a implementação da reforma judiciária em cada comarca, considera-se que o relatório anual a elaborar no fim do ano judicial em curso, venha a espelhar tão só as alterações que se verificaram entretanto, face a realidade retratada em cada um dos relatórios semestrais, impondo-se também este ano a sua simplificação, uma vez que não há ainda que avaliar o grau de cumprimento de quaisquer objectivos, em conformidade com a previsão do art.º 108.º, n.º 2, al. f) da LOSJ, que não foram estabelecidos pelo facto de se tratar do primeiro ano da nova organização judiciária.”

É neste sentido que será elaborado o presente relatório anual, ou seja, simplificado e fazendo apenas referência às alterações verificadas no segundo semestre.

*

2. Apresentação sumária dos capítulos

Capítulo I: Recursos Humanos

1. Juízes de Direito

1.1 Medidas de gestão

2. Funcionários Judiciais

2.1 Medidas de gestão

Capítulo II: Instalações e equipamentos



Tribunal da Comarca da Madeira

1. Instalações

1.1 Necessidades estruturais

Capítulo III: Unidades orgânicas e movimento processual

1. Indicadores e taxas

2 Dados Estatísticos

3. Unidades de serviço externo

4. Secção de Proximidade de São Vicente

Conclusão

*

3. Apresentação sumária dos anexos

Em anexo a este relatório seguirão as determinações de serviço, as actas dos conselhos de gestão e consultivo e, bem assim, os quadros e gráficos dos dados estatísticos anuais.

4. Procedimento seguido na elaboração

O presente relatório foi elaborado pelo juiz presidente.

*

Capítulo I: Recursos humanos

1. Juízes de Direito

Comarca da Madeira	Portaria	Magistrados exercício de funções	Magistrados absentismo	Notas
Instância Central - Secção Comércio	2	3		1 Auxiliar
Instância Central - Secção Execução	1	2		1 Auxiliar
Instância Central - Secção Cível	4	4		1 Auxiliar
Instância Central - Secção Criminal	3	3		
Instância Central - Secção Instrução	1	1		

Tribunal da Comarca da Madeira

Criminal				
Instância Central - Secção Família e Menores	3	3		
Instância Central - Secção Trabalho	1	2		1 Auxiliar
Instância Local - Secção Cível	3	3		
Instância Local - Secção Criminal	3	3		
Santa Cruz - Instância Local - Secção Competência Genérica	2	3		1 Auxiliar
Ponta do Sol Instância Local - Secção Competência Genérica	1	1 (1)	1	(1) - Apoio - J3 efectivo Inst.C.C. Fx.
Porto Santo - Instância Local - Secção Competência Genérica	1	1		
São Vicente - Secção de Proximidade				
TOTAL	25	29	1	5

1.2 Medidas de gestão

Em anexo seguem as diversas medidas de gestão do juiz presidente (segundo semestre)

Sumariamente, indicamos:

- Determinação de serviço n.º 10/2015: Autorização de ausência – art.º 10.º-A, n.º 2, do EMJ;

Tribunal da Comarca da Madeira

- Serviço do Sr. Dr. António da Costa Martins, juiz de direito auxiliar da secção com competência genérica da instância local de Santa Cruz;
- Serviço da Sr^a Dr^a Virgínia Maria Correia Martins, juíza auxiliar da secção de execução da instância central do Funchal;
- Determinação de serviço n.º 11/2015: Preparação objectivos processuais – reunião com o Conselho Superior da Magistratura;
- Determinação de serviço n.º 12/2015: Serviço da Sr^a Juíza 1 da secção criminal da instância local do Funchal;
- Determinação de serviço n.º 13/2015: Distribuição de serviço na secção com competência genérica da instância local de Santa Cruz, na secção criminal da instância local do Funchal e na secção cível da instância central do Funchal;
- Auto de operação de igualação de processos na secção do trabalho da instância central do Funchal;
- Determinação de serviço n.º 14/2015: Agenda electrónica;

*

2. Funcionários Judiciais

Comarca da Madeira	Portaria	Funcionários em exercício de funções	Funcionários em falta	Notas
Unidade Central	10	8	2	2 Secretários
Instância Central - Secção Comércio	10	9	1	2 POD
Instância Central - Secção Execução	5	7		2 e 1 POD
Instância Central - Secção Cível	10	10		1 aux -1 assistente
Instância Central - Secção Criminal	7	4	3	
Instância Central - Secção Instrução Criminal	2	2		
Instância Central - Secção Família e Menores	15	11	4	2 assistentes e 3 POD

Tribunal da Comarca da Madeira

Instância Central - Secção Trabalho	4	4		
Instância Local - Secção Cível	14	7	7	
Instância Local - Secção Criminal	15	11	4	
Santa Cruz - Instância Local - Secção Competência Genérica	11	11		1 POD
Ponta do Sol Instância Local - Secção Competência Genérica	6	5		1 POD
Porto Santo - Instância Local - Secção Competência Genérica	4	3	2	1 secretária
São Vicente - Secção de Proximidade	2	1	1	
DIAP - 1ªSecção	3	3		
DIAP - 2ªSecção	8	8		
DIAP -SEC DESK	4	4		
Procuradoria Inst. Central - Cível	3	3		
Procuradoria Inst. Central - Família e Menores	5	3		
Procuradoria Inst. Central - Trabalho	2	2		
Santa Cruz - DIAP	4	4		

Tribunal da Comarca da Madeira

Porto Santo - DIAP	1	1		
Ponta do Sol - DIAP	2	2		
Apoio conselho gestão	1	1		Oficiais justiça - 148
Técnicos de Informática	2	2		Técnico de Informática - 2
Assistente Técnico	2	2		Pessoal regime geral - 14
Assistente Operacional	12	10	2	
TOTAL	164	138	26	

2.1 Medidas de gestão

Neste segundo semestre houve medidas de gestão para os oficiais de justiça, aprovadas pelo conselho de gestão, em 04.05.2015, relativas à verdade estatística e à inserção de dados no Citius (em anexo).

*

Capítulo II: Instalações e equipamentos

1. Instalações

1.1 Necessidades estruturais

Em Julho do corrente ano iniciaram-se as obras no Palácio da Justiça. Estão orçadas em 2.500.000, têm um prazo de duração de 20 meses e incluem a construção de quatro novas salas de audiência, um piso e diversos gabinetes. Neste Palácio da Justiça estão instaladas as secções de comércio, execução e instrução criminal da instância central do Funchal e, bem assim, as secções cível e criminal da instância local do Funchal. Após as obras, a secção de família e menores, hoje instalada no Palácio dos Cônsules, edifício arrendado ao Estado por 21.874 euros mês, transitará para o Palácio da Justiça. A obra decorre em fases, estando a finalização da primeira prevista para 18.12.2015. Todas as semanas há uma reunião na obra entre a comarca (juíza coordenadora e administrador judiciário), o empreiteiro e os fiscais, para planear os trabalhos de modo a articulá-los com as diligências judiciais. Até agora tem corrido bem.

Tribunal da Comarca da Madeira

Na secção de competência genérica da instância local de Ponta do Sol procedeu-se a pequenas obras, em Agosto, orçadas em 2.500 €, destinadas a reparar os tectos e chãos do gabinete de um procurador e da sala dos advogados. As obras estão concluídas.

*

Capítulo III: Unidades orgânicas e movimento processual

1. Indicadores e Taxas

Os quadros que se seguem utilizam o critério denominado “estatística oficial” (processos sem decisão).

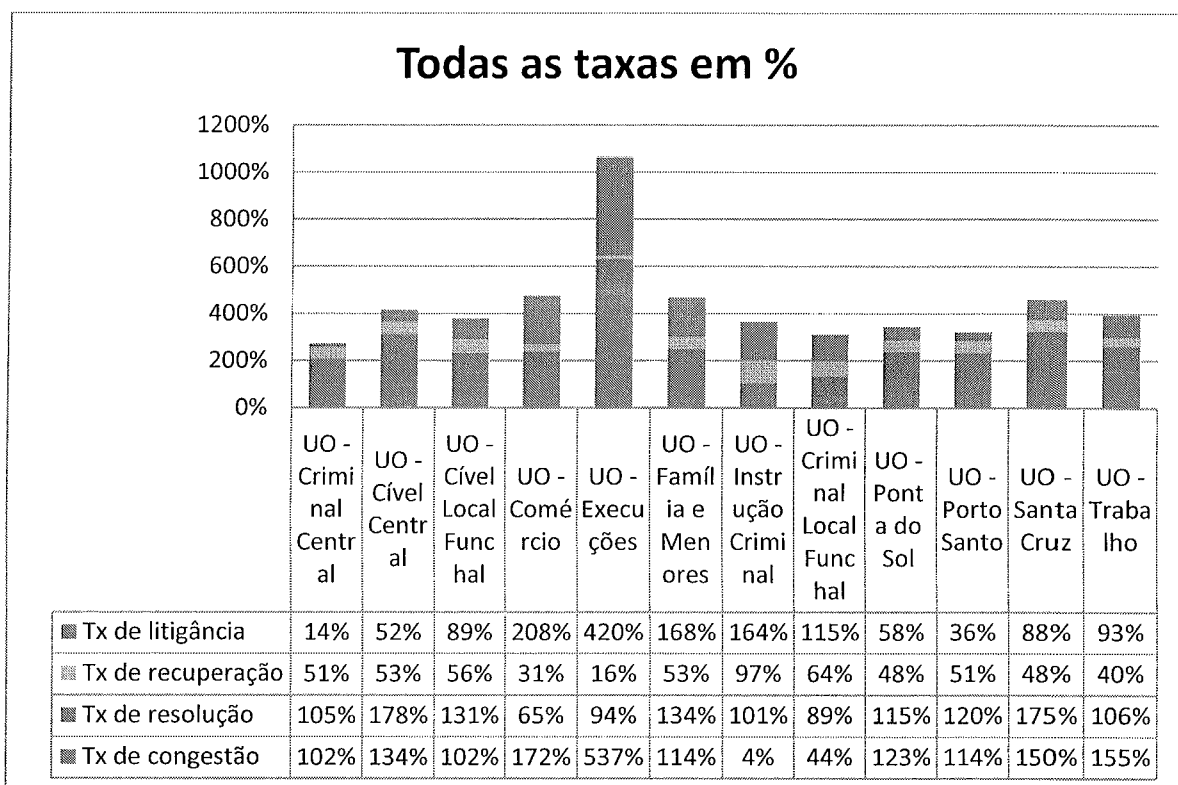
QUADRO I – INDICADORES

Período: 01-09-2014 a 31-08-2015

Unidades Orgânicas	Pendentes antes de 01-09-2014	Entrados entre 01-09-2014 e 31-08-2015	Findos entre 01-09-2014 e 31-08-2015	Pendentes depois de 31-08-2015	Número habitantes
UO - Criminal Central	152	142	149	140	261.313
UO - Cível Central	1240	520	926	824	261.313
UO - Cível Local Funchal	1195	894	1174	915	158.069
UO - Comércio	2.338	2082	1362	3059	256.014
UO - Execuções	21.218	4197	3953	21.464	256.014
UO - Família e Menores	2559	1682	2247	1985	256.014
UO - Instrução Criminal	65	1640	1661	44	256.014
UO - Criminal Local Funchal	447	1154	1025	572	158.069
UO - Ponta do Sol	825	583	671	729	32.971
UO - Porto Santo	493	360	432	422	5.299

Tribunal da Comarca da Madeira

UO - Santa Cruz	2295	875	1529	1648	64.974
UO - Trabalho	1534	934	989	1479	261.313



2. Dados Estatísticos

Secção de competência genérica da instância local de Ponta do Sol

Aqui foram fundamentais a especialização e a afectação das acções ordinárias à secção cível da instância central do Funchal.

93 acções sumárias em Setembro de 2014, entraram 0, foram findas 50, estão pendentes 43. Começamos com 49 acções sumaríssimas, entraram 9, findas 39, restam 19. As acções especiais baixaram de 35 para 23. Quanto às acções comuns (após 1 Set. 2013) em Setembro eram 42, entraram 55, foram findas 30 e restam 68. As execuções comuns baixaram de 207 para 170. Os inventários decresceram de 103 para 79. Estão pendentes 6 providências cautelares. O total em Setembro de 2014 era de 602 processos cíveis, entraram 290, foram findos 368, estão pendentes 517. Note-se que nesta secção, apenas em Janeiro foi possível assegurar dois juizes ao serviço, tendo em conta que o juiz titular, por



Tribunal da Comarca da Madeira

razões médicas, nunca veio. Estou convencido que, no prazo de dois anos, Ponta do Sol já não precisará de juiz auxiliar.

No crime, começamos com 180 processos comuns singulares, entraram 142 ao longo do ano, foram findos 138, restam 184, embora poucos por julgar (o Dr. Filipe Câmara, juiz da secção criminal da instância central do Funchal que foi ajudar a Ponta do Sol, disse-me que só tinha 5 julgamentos criminais para marcar).

Os julgamentos cíveis e criminais estão a ser marcados a 3 meses.

Os oficiais de justiça estão a cumprir os processos em 2/5 dias. O juiz presidente tem acesso a uma pasta denominada “despachos por cumprir”, onde verifica o prazo de cumprimento dos despachos. Nesta secção há um oficial de justiça que destoa dos demais – vai até aos 10/15 dias, sendo permanentes as chamadas de atenção do administrador judiciário após alertado pelo juiz presidente.

Secção de competência genérica da instância local de Santa Cruz

Até Setembro de 2014 era reconhecidamente um dos piores tribunais portugueses. Em virtude da especialização e da intervenção do Conselho Superior da Magistratura (afecção de acções acima de 30.000 € à secção cível da instância central do Funchal), os resultados são evidentes e promissores.

Havia 256 acções sumárias em Setembro de 2014, entraram 10, foram findas 112, estão pendentes 154. Começamos com 386 acções sumaríssimas, entraram 48, findas 213, restam 219. As acções especiais baixaram de 80 para 66. Quanto às acções comuns (após 1 Set. 2013) em Setembro eram 58, entraram 71, foram findas 50 e restam 80. As execuções comuns baixaram de 378 para 289. Os inventários decresceram de 252 para 166. Estão pendentes 13 providências cautelares. O total em Setembro de 2014 era de 1871 processos cíveis, entraram 453, foram findos 1008, estão pendentes 1324.

No crime, começamos com 340 processos comuns singulares, entraram 192 ao longo do ano, foram findos 301, restam 230, embora poucos por julgar, sendo muitos dos outros contumazes.

Os julgamentos cíveis estão a ser marcados a 5/6 meses, o que é exagerado para as pendências existentes. Importa baixar para 3 meses, até porque uma das duas salas de audiência é exclusiva do cível. Quanto ao criminal, o próximo julgamento está marcado para 17 de Setembro e o último para 7 de Outubro.

Importa ainda destacar a especialização administrativa (cível e criminal) determinada pelo CSM.

Os Oficiais de Justiça estão a cumprir os processos em 1/3 dias.

Secção de competência genérica da instância local do Porto Santo

Esta secção tinha em Setembro de 2014 um total de 438 processos cíveis, entraram 207, foram findos 293 e quedam pendentes 352.

O número de acções ordinárias (4), sumárias (1) sumaríssimas (3), especiais (5), comuns – depois de 2013 – (17) e divórcios (4) são tão escassos, que é difícil exigir

Tribunal da Comarca da Madeira

melhores resultados. Há ainda 2 inventários, 2 insolvências e 0 providências pendentes. Em Setembro havia 250 execuções comuns (após Setembro de 2003) e hoje 153. Há 30 execuções ordinárias e 75 execuções sumárias, umas e outras posteriores a Setembro de 2013.

Na área crime, o Porto Santo tem 28 processos comuns singulares pendentes, 11 dos quais contumazes.

Em sede tutelar, o Porto Santo tinha 5 regulações do exercício do poder paternal, entraram 10, resta 1 para findar. Tinha 15 alterações/incumprimentos, entraram 21, foram findas 23, restam 13. Há 13 processos de promoção e protecção.

Na instrução criminal tem 5 processos pendentes.

Estes os números do Porto Santo. Não fora as execuções, os processos nem chegariam a uma centena.

Na unidade de processos está tudo cumprido. Os julgamentos e diligências estão a ser marcados a dois meses, na única sala de audiências utilizada pelo único juiz da instância local do Porto Santo.

Instância central do Funchal

Secção de comércio

Também aqui um ano positivo face ao excelente trabalho realizado pelos Srs. Juízes e Oficiais de Justiça, desde logo pela redução de pendências de insolvências: 90 em Setembro de 2014, entraram 444 ao longo do ano, foram findas 442, sendo a pendência de 91.

A pendência no global só não é positiva porque a espécie “outros processos”, que aqui integra os diversos apensos das insolvências – muitos deles sem mais tramitação possível, mas também sem decisão final (por exemplo, apensos de apreensão de bens, liquidação) – surge na soma final disponibilizada pelo Citius.

Estes resultados também são fruto da especialização.

As diligências e julgamentos não urgentes estão a ser marcados a 1/2 meses. Os urgentes estão a sê-lo nos prazos legais.

Quanto ao cumprimento de processos, a Unidade 1 deu cumprimento a 3560 despachos entre 01 de Setembro de 2014 e 31 de Agosto de 2015, sendo entre 0 (zero) a 4 (quatro) dias, 2200 despachos, o que corresponde a 62% de todos os despachos cumpridos, entre 5 (cinco) a 10 (dez) dias, 997 despachos, o que corresponde a 28% de todos os despachos cumpridos, e entre 11 (onze) e 34 (trinta e quatro) dias, 363 despachos, o que corresponde a 10% de todos os despachos cumpridos. Relativamente à Unidade 2, deram cumprimento a 2981 despachos entre 01 de Setembro de 2014 e 31 de Agosto de 2015, entre 0 (zero) a 4 (quatro) dias, 2096 despachos, o que corresponde a 71% de todos os despachos cumpridos, entre 5 (cinco) a 10 (dez) dias, 483 despachos, o que corresponde a 16% de todos os despachos cumpridos, e entre 11 (onze) e 91 (noventa e um) dias, 402 despachos, o que corresponde a 13% de todos os despachos cumpridos.



Tribunal da Comarca da Madeira

A secção de comércio está a fazer um excelente trabalho. Não obstante, é possível melhorar. A agilização resultante do manual de boas práticas (já homologado pelo CSM) e em prática), ajudará a melhorar a resposta desta secção. Refira-se que é das secções mais elogiadas pelos advogados.

Secção de execução

Escrevi no relatório semestral que, face às elevadas pendências no arranque desta secção, não esperava resultados satisfatórios antes do fim do presente ano judicial. E a verdade é que os resultados começam a surgir, como demonstram as execuções comuns: 17425 em Setembro de 2014 e 15180 no final do ano. No global, temos 3953 processos findos.

Da análise dos números referentes ao ano passado (01-09-2014 a 31-08-2015), ressalta com maior evidência o número de baixas verificadas na espécie “Outros Processos (mapa oficial), onde se encontram inscritas todas as oposições, embargos, reclamações e habilitações. À data da instalação deste juízo pendiam nesta espécie 1254 processos, entraram durante o ano 1193, sendo que findaram 756 processos. Foi conseguido ultrapassar mais de metade das entradas (66%), sendo que é nesta espécie que ocorre uma maior e necessária intervenção judicial, onde se centram os julgamentos e decisões de mérito a proferir.

Com relevo, é pertinente anotar ainda que desde a sua instalação foram estabelecidos objectivos com vista a recuperar o serviço pendente, com o reagendamento de todos os julgamentos e a regularização da tramitação de todos os apensos declarativos pendentes, o que foi conseguido, resultando aliás da mera análise da agenda.

Esta secção dispôs apenas de um dia e meio de sala de audiências para a realização das audiências finais, a repartir entre dois magistrados.

O agendamento das vendas na modalidade de propostas em carta fechada foi, igualmente, um dos objectivos traçados, o que se conseguiu, sendo que em estas foram agendadas ao longo do ano ao mês, o que actualmente se mantém.

No que concerne ao prazo de cumprimento dos despachos, no universo detectado de 5312 despachos, 83% foram cumpridos até 4 dias e apenas 12% entre 5 a 10 dias.

Importa frisar que nesta Secção, diversamente do que sucede na Secção de Comércio, na espécie “Outros Processos (não constam mapa oficial) ficam apenas inscritos recursos que aguardam decisão dos tribunais superiores e processos recebidos do BNA, que se encontram em curso, os quais findam com decisão final a proferir nos mesmos. À data da elaboração do relatório constavam 15 processos, sendo que a secção já corrigiu a maior parte desses números (encontravam-se por registar), sendo à data do dia de hoje constam apenas 7 processos inscritos.

Por fim, dizer que no final do ano, nos meses de Junho e Julho, foi dado início a um trabalho de limpeza dos processos mais antigos que pendiam na secção, com vista a detectar os processos findos que haviam sido remetidos pelos tribunais extintos, bem como os processos em deserção, o que permitiu remeter para o arquivo neste período 972 processos.



Tribunal da Comarca da Madeira

A Secção de Execução encontra-se efectivamente em franca recuperação, quer por força da forte liderança da Sra. Escrivã, quer pelo trabalho em equipa que os oficiais de justiça lograram efectuar. A reunião dos processos executivos nesta Secção, com a consequente uniformização de procedimentos permite garantir um adequado e célere andamento dos processos.

A questão relacionada com a Agente de Execução Maria João Marques está a ser ultrapassada, com a sua remoção dos processos.

Secção de instrução criminal

Nesta secção a pendência, em Setembro, era de 65 processos (54 instruções e 11 actos jurisdicionais) entraram 1640 (89 instruções e 1551 actos jurisdicionais), foram findos 1661 (104 instruções e 1557 actos jurisdicionais), restam 44 (39 instruções, das quais 14 estão suspensas, e 5 actos jurisdicionais, dois com data de 15/7, um de 17/7 e o outro é um processo que aguarda a entrega de bens apreendidos).

Também aqui houve intervenção do CSM, que determinou que a competência desta secção, em sede de actos jurisdicionais, fosse alargada a toda a Ilha da Madeira.

Os processos são cumpridos no próprio dia.

Os debates instrutórios estão a ser marcados a 1/2 meses.

Secção de família e menores

Um ano positivo face ao excelente trabalho realizado pelos juizes e oficiais de Justiça.

Havia 235 divórcios e separações em Setembro de 2014, 268 entrados, 326 findos, restando pendentes 177. O total destes processos cível da secção de família e menores era, em Setembro passado, de 670 processos, entraram 412 ao longo do ano, foram findos 532, ficaram pendentes 547.

Em sede tutelar, começamos com 45 averiguações officiosas, ficaram 20 pendentes. As pendências da regulação do exercício do poder paternal baixaram de 476 para 343. As alterações/incumprimentos desceram de 975 para 776, apesar das 548 entradas). Os processos de promoção e protecção decresceram de 308 para 221, não obstante as 252 entradas. No total, 1889 processos em Setembro passado, 1270 entrados, 1715 findos, ficando pendentes 1438.

Estes resultados são fruto da especialização.

As diligências não urgentes estão a ser marcadas a 1 ou 2 meses. O cumprimento dos despachos varia consoante a unidade de processos: nas unidades 1 e 2 a cerca de 1 a 10 dias e na unidade 3 chega aos 20 dias.

A secção de família e menores está a fazer um excelente trabalho. Não obstante, é possível melhorar. A agilização resultante do manual de boas práticas (no CSM para homologação) e alguns entendimentos previstos com a Segurança Social (para diminuir o tempo da elaboração dos relatórios sociais), ajudarão a melhorar a resposta desta secção.

Secção cível



Tribunal da Comarca da Madeira

Um grande trabalho dos juizes e oficiais de justiça. Foram concentradas nesta secção, por via de determinação do CSM, as acções acima de 30.000 € de Santa Cruz e Ponta do Sol. Vejamos os números. Começamos com 752 acções ordinárias, entraram ainda 99, foram findas 443, restando 401. As acções especiais desceram de 65 para 44. As acções comuns eram, em Setembro, 246, entraram 192, foram findas 160, mantendo-se 279, das quais apenas 35 são de 2013 (as restantes são de 2014 e 2015). Há 26 providências cautelares pendentes. O total inicial era de 1240, entraram ao longo do ano 520, foram findos 926 processos, restam 824.

Os julgamentos cíveis (Srs. Juizes 1, 2 e 3) estão a ser marcados a 2/4 meses. A Sr.^a Juíza 4 estava a marcar a um ano, porém, face à nomeação, pelo CSM, de uma Sr.^a Juíza auxiliar que está, em exclusividade, a proceder a um julgamento, iniciado neste mês de Setembro, com mais de dois mil quesitos e dezenas de testemunhas e peritos, que previsivelmente decorrerá durante meses, os processos da Sr.^a Juíza 4 têm sido reagendados e estão, agora, com a mesma dilação dos restantes Srs. Juizes.

A secção cível da instância central do Funchal está instalada no Edifício 2000, com três salas de audiência, a partilhar com as secções criminal e do trabalho. Cada juiz do cível tem dois dias de sala, o que é suficiente.

Os oficiais de justiça estão a cumprir os processos no próprio dia.

Secção criminal

Nesta secção a pendência, em Setembro, era de 136 processos comuns colectivos, entraram 115, findaram 129, estão pendentes 122, dos quais apenas 18 por julgar (os restantes são contumazes).

Os julgamentos estão a ser marcados a 2/3 meses. São três os juizes, cada um com um dia por semana a presidir.

Os oficiais de justiça estão a cumprir em 1/2 dias.

Secção do trabalho

Nesta secção a pendência, em Setembro, era de 632 execuções comuns, entraram 19, foram findas 228, restando 422. Das execuções intentadas depois de 2013, tínhamos 220, entraram 306, foram findas 221, estão pendentes 265. Quanto à área laboral, começamos com 665 processos, entraram 589, findaram 519, restando pendentes 736.

No relatório semestral dizia-se: “A explicação para este aumento de pendência é infelizmente muito clara e localizada. O problema está na Sr.^a Procuradora da República que exerce funções na secção do trabalho. Por razões de absentismo e absoluta ineficiência, tem acumulado atrasos nos processos de acidentes de trabalho na fase conciliatória (presidida pelo MP). Se atendermos que dos 904 processos pendentes no fim do semestre, 465 são acidentes de trabalho, é fácil ver os constrangimentos decorrentes do não andamento dos processos de acidente de trabalho. Mas há mais. E se procurarmos onde estão tais processos (cfr. mapa em anexo), verificamos que apenas 32 estão na fase contenciosa, que incumbe ao juiz. A Sr.^a Procuradora é a única responsável pelos problemas da secção do trabalho e das suas consequências para os cidadãos, sobretudo os que são vítimas de acidentes de trabalho”.



Tribunal da Comarca da Madeira

Sucedem que em Abril houve alteração de Magistrado do MP, sendo assinalável a recuperação processual desde então, pois só desde então foram findos 59 processos, sensivelmente os mesmos até então. Estamos cientes que no próximo ano tudo ficará regularizado e as pendências baixarão.

Os julgamentos estão a ser marcados a 3/4 meses. São dois os juizes, cada um com dois dias de sala.

Os oficiais de justiça estão a cumprir em 2/3 dias.

Instância local do Funchal

Secções cível e criminal

No cível, 167 acções sumárias em Setembro de 2014, entraram 9, foram findas 104, estão pendentes 72. Começamos com 216 acções sumaríssimas, entraram 178, findas 246, restam 148. As acções especiais subiram de 67 para 102. Quanto às acções comuns (após 1 Set. 2013) em Setembro eram 183, entraram 281, foram findas 178 e restam 287, apenas 19 das quais não são de 2014 e 2015. As execuções comuns baixaram de 95 para 10. Os inventários decresceram de 245 para 174. Estão pendentes 20 providências cautelares. O total em Setembro de 2014 era de 1195 processos cíveis, entraram 894, foram findos 1174, estão pendentes 915.

No crime, começamos com 349 processos comuns singulares, entraram 399 ao longo do ano, foram findos 305, restam 441. Este aumento processual está perfeitamente diagnosticado, pois a Sr.^a Juíza 1, Dr.^a Elsa Serrão, entrou de baixa médica em Fevereiro e, apesar de todos os esforços do Sr. Dr. Artur Cordeiro, só em Maio foi possível substituí-la pela Sr.^a Dr.^a Márcia Baptista, que, infelizmente, veio a entrar de baixa uma semana depois, só regressando no início do presente mês de Julho. A Sr.^a Dr.^a Elsa Serrão está agora recuperada de uma grave doença e voltou em Setembro com toda a sua força e vontade. Face às pendências e à capacidade dos três juizes desta secção, os números rapidamente descerão.

Os julgamentos cíveis estão a ser marcados a 2/4 meses e os criminais a 2 meses. Está é uma secção sedeada no Palácio da Justiça do Funchal, com duas salas de audiência e uma sala polivalente, também utilizada para diligências e audiências. Neste edifício estão ainda instaladas as secções centrais de comércio, execução e instrução criminal da instância central do Funchal. As obras de requalificação do edifício, que se iniciaram no dia 6 de Julho e, previsivelmente, estarão concluídas em Agosto de 2016, prevêm a construção de mais 4 salas de audiência (este acrescido número de salas servirá sobretudo para baixar os agendamentos da secção de execução, atenta a pendência de incidentes declarativos, e não tanto as secções da instância local do Funchal, cujos agendamentos são já os adequados).

Os oficiais de justiça estão a cumprir os processos no próprio dia.

*

3. Unidades de serviço externo

Tribunal da Comarca da Madeira

Mapas Serviço Externo Serviço Externo 01-09-2014 a 31-08-2015										
Espécie	Vindos Período Anterior	Entrados no Período	Total	Findos						Pendentes Finais
				Devolvido a Pedido	Devolvido Cumprido	Devolvido não Cumprido	Devolvido Parc. Cumprido	Outros Motivos	Total	
Mandados	42	1324	1384	13	1060	152	15	0	1240	96
Cartas Precatórias/Rogatórias	41	745	786	14	484	150	17	11	676	110
Outros Processos	4	87	91	0	73	8	1	2	84	7
Total	87	2174	2261	27	1617	310	33	13	2000	261

4. Secções de proximidade

A Comarca na NEJ tem apenas a secção de proximidade de São Vicente, que presta cerca de 6 informações por dia. São apresentados entre 5/10 papéis por dia, nos quais se engloba os da entidade Policial de São Vicente e Porto Moniz. Durante este ano tem-se realizado, em média, um a dois julgamentos por mês, quatro a seis videoconferências, e apenas foi efectuada uma diligência processual de instrução criminal neste período. Em apoio ao cidadão são emitidas uma média mensal de três certidões para fins documentais e de 6 de certificados de registo criminal.

*

Conclusão

O cidadão – utente da justiça – privilegia uma justiça em tempo útil, daí que o melhor serviço seja reduzir pendências e decidir de mérito dentro dos prazos determinados pelo legislador. Agora praticamente não há adiamentos de audiências, e as poucas adiadas são desmarcadas de modo a que as pessoas não se desloquem ao tribunal. Os cidadãos são devidamente informados, nas unidades de processos, do andamento dos processos.



Tribunal da Comarca da Madeira

Os juízes da comarca da Madeira terminaram o ano com 68.049 despachos e com taxas de resolução, em algumas espécies processuais, que chegam aos 300%.

É justíssimo reconhecer que, não fora a actuação do Conselho Superior da Magistratura, permitindo-me destacar o Sr. Juiz Conselheiro Vice-Presidente, Dr. António Joaquim Piçarra, e o Sr. Juiz de Direito Vogal de Lisboa, Dr. Artur Cordeiro, não seria possível atingirmos os números que conseguimos. Estiveram sempre muito próximo do conselho de gestão, em especial do juiz presidente, com quem mantiveram um contacto permanente. Só assim foi possível adoptar diversas medidas gestionárias, fulcrais para a boa resposta da comarca.

Os advogados reconhecem o muito melhor desempenho da justiça na Madeira, como, aliás, puderam comprovar os Srs. Conselheiros Presidente e Vice-Presidente do CSM no encontro com o Presidente do Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados.

Os oficiais de justiça têm sido incansáveis, com uma extrema dedicação. A manifesta falta de quadros não tem sido argumento. O esforço é acentuado e ainda há tempo para ajudar outras unidades de processos (como é o caso da cível local do Funchal que cumpre processos do comércio central ou da cível central que cumpre processos da execução central).

Há pleno espírito de colaboração e cooperação entre os órgãos de gestão, os magistrados e os oficiais de justiça. Fruto da proximidade, os órgãos de gestão estão permanentemente atentos a eventuais constrangimentos e intervêm sempre que necessário, dentro das suas competências. A estratégia é, pois, a da permanente alerta e a superação dos problemas mediante a colaboração de todos, seja em unidade orgânica for.

Na comarca da Madeira (em todas as unidades orgânicas) não há uma única conta processual em atraso.

Os objectivos para todas as unidades orgânicas é servir melhor, transmitir confiança no bem-fazer da justiça.

Funchal, 21 de Outubro de 2015

O Juiz Presidente do Tribunal da Comarca da Madeira

Paulo Duarte Barreto Ferreira

(Juiz Desembargador)